

Sarney promete rigor para conter as greves

CARLOS CHAGAS

"Vamos resistir. Não há hipótese de o governo ceder, mesmo se tivermos de enfrentar uma greve prolongada. A alternativa seria a desagregação econômica e, depois dela, o caos social e a crise política. Seremos inflexíveis."

O desabafo é do presidente José Sarney. Para ele, permitir o atendimento de reivindicações que determinem aumento imediato na inflação, como no caso dos bancários, além de representar privilégio seria abrir as portas para movimentos paralelos de funcionários da Petrobrás, de petroleiros, dos que trabalham nas companhias de eletricidade e dos portuários, entre outros.

Em conversa com o repórter, ontem pela manhã, no Palácio da Alvorada, ele demonstrou preocupação. E irritação, diante de um encarte que circulou com os jornais de Brasília, assinado pelo Sindicato dos Bancários, anunciando greve nacional a partir de hoje. Disse estar o governo informado dos bastidores do movimento. É o PT, em essência, que promove a agitação, ajudado pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Nem os demais partidos comunistas, legalizados, apóiam a paralisação nos termos intransigentes em que está anunciada, e que, entre outros objetivos, parece atender a interesses de minorias partidárias.

As atenções do Palácio do Planalto estavam especialmente voltadas, ontem, para a ação do pessoal do Banco do Brasil, e a determinação tomada é de garantir o direito de trabalho para quem pretenda exercê-lo, bem como para os usuários, se a greve for deflagrada hoje. A manutenção da ordem caberá aos governos estaduais, estando o governo federal pronto para ir em auxílio deles, se solicitado.

Sarney, em suas considerações, acentuou que o governo compreende as agruras da classe assalariada. A reposição salarial é uma necessidade, correspondendo a um ato de justiça. Este ano, por duas vezes, ela foi concedida. O problema está em que tudo precisa vir gradativamente. Não se pode pretender que, de uma vez, sejam repostas as perdas verificadas ao longo dos últimos anos. Acredita que em três ou quatro anos as diferenças terão sido superadas. Se os bancos privados resolverem bancar os aumentos, as reposições e as antecipações acima dos limites estabelecidos para todos, ou a própria trimestralidade, arcando com seus ônus sem repassá-los à sociedade, o governo nada terá a opor. Mas será inflexível na negativa se a solução for o repasse, através do aumento dos juros.

"No passado", comentou, "os bancos achavam tudo muito fácil e concediam grande parte das reivindicações. Bastava-lhes aumentar a taxa de juros. Essa fórmula simplista tornou-se impossível na Nova República. Assim, fica evidente a necessária compreensão dos bancários".

Ele reconhece os lucros dos bancos, apontados pelos bancários como razão para a concessão de suas reivindicações, mas acentua que um dos grandes esforços da política econômico-financeira, hoje, faz-se pela queda dos juros. E com sucesso, pois eles baixaram de 22 para 19%, em poucos dias. Ceder às reivindicações grevistas, dando aos bancos condições de elevar outra vez os juros, não é possível. Assim, não haverá repasse.

No caso do Banco do Brasil, não pode ser aceita a trimestralidade e a reposição salarial precisa ser gradativa. Senão, determinará privilégios. Os esforços são para que haja um entendimento, mas se ele não for possível, os grevistas encontrarão o governo numa posição de resistência absoluta, para o tempo que se fizer necessário.

Raciocina o presidente que o País esteve à beira do caos, quando da implantação da Nova República. Forças extremadas encontravam-se não apenas organizadas, como ainda hoje, mas ávidas do menor pretexto para desencadear ampla campanha de agitação. De um lado e de outro, até, pois nada mais parecido com um radical de esquerda do que um radical de direita. Coube ao governo antecipar-se e tirar as bandeiras dos agitadores. A prioridade para o social, as medidas de urgência, o combate à inflação, os cortes de gastos públicos, as reformas anunciadas e iniciadas, a garantia absoluta da liberdade, as alterações institucionais e políticas — tudo evitou e tem evitado a conflagração e o confronto. É natural que forças radicais procurem tomar a frente do processo. Só que não o farão com a complacência do governo. A situação social do País ainda é grave e difícil. O salário mínimo equivale a 37 dólares mensais,

quantia que um trabalhador americano recebe em poucas horas de trabalho. Ou até em uma hora. Importa combater os desníveis e implantar um sistema de equilíbrio social, mas isso leva tempo e sacrifício. Qualquer precipitação só favorecerá a baderna. Greves fazem parte do contexto democrático e, como tal, são observadas e analisadas pelo governo. Mas se acontecem em função de interesses e privilégios de determinadas categorias, e se contribuem para a desagregação econômica, serão enfrentadas.

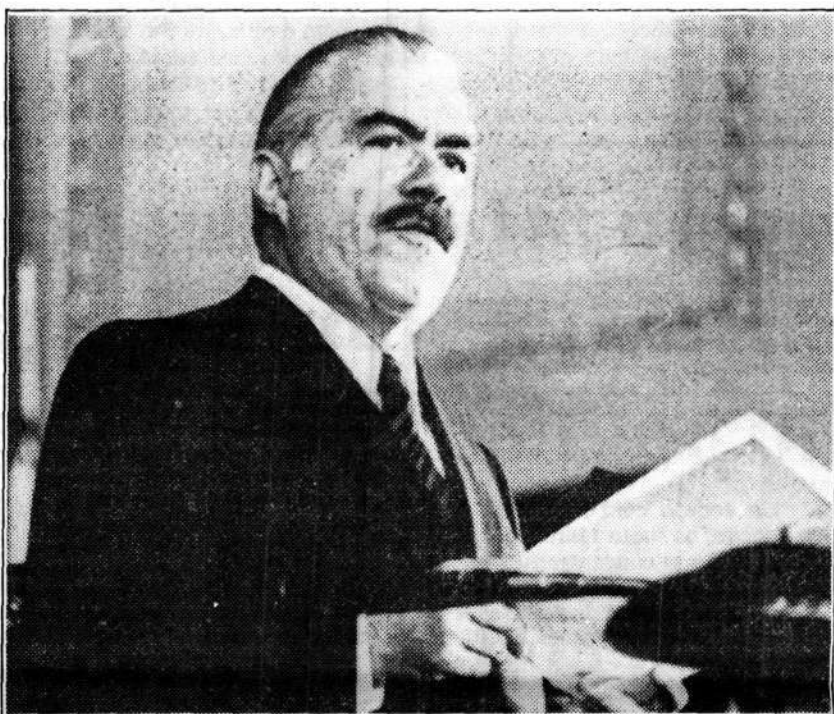
Contou Sarney haver convidado o professor Octávio Bulhões, dias atrás, para uma análise da situação. Queria conferir opiniões e aproveitar para saber por que, no diagnóstico do velho mestre, a inflação disparou em agosto. O ex-ministro da Fazenda respondeu com simplicidade. Disse-lhe que aqueles níveis inflacionários pareciam incidentais, não indicativos de um crescimento desmedido, tendo ocorrido por conta do controle de preços estabelecido em março e dos aumentos salariais, que geraram maior poder de compra por parte da população. Os produtos subiram automaticamente, aumentando a inflação, também ajudada pela anterior compressão de tarifas.

"Não poderia ser diferente", falou Bulhões, ouvindo depois de Sarney que, para o governo, apesar das dificuldades, as coisas caminhavam bem. Afinal, a economia se desenvolve, o crescimento de 6% ao ano está assegurado, o desemprego foi reduzido, os juros baixaram e as exportações aumentaram. Os problemas, é claro, não desapareceram, inclusive por conta da dívida externa, que será paga, mas conforme interesses nacionais. O chefe do governo recordou que, mesmo com o aumento das exportações, os dólares por elas produzidos ficam para o pagamento de

lismo de primeiro nível será deixar o país despreparado, depois que investiu tanto em quadros de grande capacidade. Cortar nos humildes, pior ainda, já que as empresas estatais também possuem função social. Daí sua queixa estendida a quantos falam em cortes como se fala na panacéia universal: Que digam onde e como cortar mais do que o governo já cortou.

Voltando ao caso Dornelles, o presidente lamentou a saída do ex-ministro e acentuou que jamais o exoneraria, se dependesse dele. Sempre teve toda confiança e muita afinidade com o sobrinho de Tancredo Neves. E havia acertado com ele a queda do secretário-geral, Sebastião Marcos Vital, que realmente vinha destoando, com atitudes de crítica pública e num inconformismo absoluto. Na reunião com banqueiros, em Brasília, dois dias antes de ser demitido, Vital chegou a dizer frase que escapou à imprensa: acusou o governo de estar fazendo a reforma agrária do capital... Queria mesmo sair, como disse ao chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, antes que tudo viesse a público.

Assim, para José Sarney, quem criava dificuldades era a assessoria de Dornelles, não o ex-ministro, que ao chegar de Paris não parecia decidido a exonerar-se. Essa decisão, ele tomou durante o final de semana, quando permaneceu no Rio. Antes, pelo telefone internacional, de Paris, manifestara seu inteiro desacordo para com a posição do auxiliar. Tanto Sarney não esperava a demissão, como disse ontem, que, ainda na segunda-feira bem cedo, antes de receber a carta de Dornelles, mandou levar diversos expedientes ao Ministério da Fazenda, endereçados ao ministro, precisando mandar um oficial de gabinete para trazê-los de volta. Não aceita, por isso, a especulação



'No passado era fácil: bastava aumentar a taxa de juros'

nossos débitos externos, obrigando-se o governo a encontrar cruzeiros para dar aos exportadores brasileiros, emitindo ou tomando emprestado no mercado interno.

Na conversa de ontem com o repórter de *O Estado e Jornal da Tarde*, o novo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, mereceu grandes elogios do presidente. Entre outros predicados, por possuir garra, vontade de fazer e de acertar, dispoendo também de apoio político. Sarney revelou que, na noite de sua posse, Funaro precisou ir ao Banco Central para operar pessoalmente os mecanismos do *over*. Toda a diretoria do Banco Central se havia exonerado, não tendo sequer a delicadeza de continuar no controle da máquina, até a chegada dos substitutos. "Coisa de criança, mas que serviu para Funaro demonstrar a que veio."

Quanto à saída do Francisco Dornelles, o presidente a atribuiu aos assessores do ex-ministro, ainda aferrados a posturas e até a pessoas do passado. Comentou que todas as sugestões de Dornelles vinham sendo acatadas e atendidas. Os cortes nos gastos do governo foram definidos com a participação e anuência dele. Apesar de críticas ouvidas até hoje, os cortes foram ao limite máximo. Não havia e não há mais onde cortar, além dos Cr\$ 17 trilhões. As empresas estatais cancelaram encomendas e muitas obras de vulto estão paralisadas, como a Ferrovia do Aço e as usinas nucleares de Angra dos Reis. O País inteiro sofre, mas não há outra saída. Ainda esta semana, Sarney conta, recebeu o senador Roberto Campos, que, quanto aos cortes, recomendou o bisturi oficial sobre pelo menos 20% do funcionalismo das empresas estatais. "Mas como?" — ele retrucou.

Para Sarney, cortar no funciona-

de que teria engendrado a saída de Dornelles, por questões políticas. Nem que tenha reduzido os espaços de atuação do ex-ministro da Fazenda.

O processo de tomada de decisões no governo, falou também o presidente, envolve a participação de todos os setores e funcionários interessados. Nada se resolve de pronto, sem ampla discussão. Como aconteceu com os cortes nos gastos públicos. Realizaram-se exaustivas reuniões, a última delas no Palácio da Alvorada, com a presença de Dornelles, entre outros. Sua preocupação tem sido a de promover o debate, a troca de idéias e o detalhamento dos assuntos. Depois, a decisão final é sua, da qual não abre mão. Assim, fica magoado com críticas e insinuações de que divide o poder com um grupo palaciano restrito, chamado de "turma da copa", onde incluem sua filha, seu genro e seus amigos. Sua filha e seu genro trabalham com ele, são capazes, dispõem de toda confiança e muito o ajudam. Será que deveriam ser exilados e punidos em função do parentesco? Ou ele precisaria abandonar os amigos, repeli-los e dizer-lhes para aparecer apenas ao término de seu mandato? As questões de governo, porém, são resolvidas com o governo. O importante, em tudo, é que desde que iniciou sua carreira política jamais deixou de assumir os encargos, as responsabilidades e as decisões. Não seria diferente na Presidência da República, onde chegou por força do inusitado dos fatos: "Poderá ter passado pela chefia do Executivo gente com mais cultura, mais capacidade e melhores predicados pessoais que os meus, mas ninguém, até agora, terá apresentado mais empenho e dedicação, imbuído da missão de compor, reunir e realizar a consolidação democrática".